

BOLETIM CNM

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • outubro de 2018



SANEAMENTO

Uma responsabilidade de todos

Palavra do presidente

O debate eleitoral para o comando do Palácio do Planalto avança sem que alguns dos grandes problemas nacionais sejam debatidos com a profundidade merecida. Um dos temas silenciados que, embora a responsabilidade seja compartilhada entre os Entes, depende das políticas federais é o saneamento básico, objeto de análise desta edição do boletim da nossa entidade. A falta de consolidação de uma política nacional coesa para o setor sobrecarrega os Municípios, sobretudo no que diz respeito ao financiamento.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é a escassez de investimentos federais. As cidades buscam fazer a sua parte e compensar a falta de recursos dos demais Entes, mas o problema se agrava quando a União, principal arrecadadora no sistema tributário nacional, não compartilha receitas no volume adequado. Dados de um estudo da nossa entidade sobre a execução orçamentária do Ministério das Cidades recomendam um alerta: além de declinantes, as verbas estão concentradas, afetando os investimentos em saneamento básico.

De acordo com o estudo, entre 2002 e 2017, 83% das despesas de custo e capital (o que inclui os investimentos) da pasta foram direcionadas para as capitais, 7% para as regiões metropolitanas e apenas 10% para os Municípios localizados no Interior. A situação para os Entes com menos de 50 mil habitantes é ainda mais preocupante, já que, no mesmo período, eles receberam apenas 1,96% do total de recursos do Ministério para saneamento. Ou seja: os Entes municipais mais carentes de verbas para

executar suas políticas locais são prejudicados na distribuição de receitas, que desaparecem na proporção da crise econômica e fiscal.

A CNM entende que apenas uma atuação conjunta pode encaminhar uma saída duradoura e sustentável para os nossos compromissos com o saneamento básico. Uma das alternativas é seguirmos mobilizados, com o objetivo de garantir a implementação de todas as medidas previstas no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), publicado há cinco anos, mas que ainda não se tornou efetivo justamente pelas deficiências de financiamento e de respaldo técnico.

Quando defendemos a ação conjunta, também sustentamos a adoção de dois caminhos. O primeiro, o da atuação política, como a CNM já vem fazendo, tanto na prorrogação do prazo para implantar o Plano Municipal de Saneamento Básico quanto na discussão de um novo marco legal para o setor, em que o papel do gestor local precisa ficar mais claro. O segundo eixo de atuação para contornar as barreiras está na formação de consórcios municipais, com os quais aglutinamos forças para melhorar a oferta de serviços às nossas populações.



Glademir Aroldi
Presidente da CNM

Família Municipalista

Visita de gestores à sede da CNM?

					
Prefeito de Bombinhas/SC PAULINHO MULLER	Prefeito de Camboriú/SC ELCIO ROGERIO KUHNEN	Prefeito de Ibiaí/MG LARRAVARDIERE	Vereador de Ibiaí/MG ROBSON MUNIZ	Prefeito de Igarapava/SP JOSE RICARDO	Prefeito de Marum/SE JEFERSON SANTOS
					
Prefeito de Não Me Toque/RN PEDRO PAULO	Prefeita de Pedrinhas/SE CAMILLE MACEDO	Prefeito de Pinheiros/ES ARNÓBIO PINHEIRO	Prefeito de Carambei/PR OSMAR CHINATO	Prefeito de Retiroândia/BA ALIVANALDO DOS SANTOS	Prefeito de Santo Amaro das Brotas/SE GENIVALDO DOS ANJOS
			 <p>Visite o lounge municipalista na sede da CNM, em Brasília/DF</p> <p>Computador, wi-fi, café, salas de reuniões e escritórios completos para seu Município.</p>		
Prefeito de São Domingos/SE PEDRO DA SILVA	Prefeita de Vigia de Nazaré/PA CAMILLE MACEDO	Prefeito de Vinhedo/SP JAIME CRUZ			

 **Entrevista**

Saneamento municipal e seus gargalos

Especialista em Obras Públicas de Edificação e de Saneamento, o entrevistado desta edição é o secretário de Fiscalização de Infraestrutura Urbana do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Martinello Lima. Engenheiro de Redes de Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB), Martinello está no TCU há mais de 10 anos e, desde janeiro de 2016, exerce o cargo de secretário. Na entrevista, ele aponta o papel da União; os principais desafios dos Municípios e os gargalos que impossibilitam o avanço da universalização do saneamento básico no Brasil. Além disso, o especialista falou sobre como os Municípios podem buscar apoio para solucionar essa temática. Confira:

Como o TCU avalia o papel da União para o alcance da universalização do saneamento básico no Brasil?

Na nossa legislação a gente tem como competências da União o fomento e o apoio aos Municípios para conseguir universalização, que inclui abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, gestão e manejo de resíduos sólidos. Hoje, esse papel da União está muito centralizado no apoio financeiro e técnico quando formalizados os convênios e os termos de compromisso. A União tem o dever de, além de repassar os recursos necessários para implementação dessas obras, acompanhar a gestão e o desenvolvimento desses empreendimentos. E a competência municipal é de executor da política.

Nas auditorias que o TCU realiza pelo país na área de saneamento, o que se percebe como principal desafio para a gestão municipal?

A gente precisa trazer para o início da política. Quando você tem a formalização de um convênio, antes disso precisa passar por um plano de trabalho. A partir desse plano, o Ministério seleciona as propostas e ali são formalizados os convênios e os termos de compromisso. É preciso dizer que ali, ainda na origem de plano de trabalho, o ideal é que esses empreendimentos estivessem consolidados em um plano municipal de saneamento. A partir de um projeto e de um planejamento do próprio Município em relação aos empreendimentos necessários para a universalização local do saneamento, ele deveria apresentar planos de trabalho consolidados, projetos ranqueados pela maior necessidade da população local. Se tivéssemos isso formalizado – e hoje a gente não tem, o número de Municípios que têm os planos elaborados é pequeno –, o Ministério conseguiria selecionar melhores empreendimentos e projetos e, a partir daí, teria, ou

deveria ter, uma contratação de projetos melhores. E isso é um dos gargalos que o TCU tem identificado em suas auditorias.

Qual o apoio que os Municípios precisam para avançar na questão do saneamento? A União tem cumprido com ações no sentido de garantir esse apoio?

Hoje vocês (CNM) têm um papel relevante no sentido de orientar os Municípios a como fazer direito, aqueles que querem. Levantar boas práticas entre os Municípios, entender como os órgãos de controle estão atuando e repassar essas informações aos gestores. E, junto aos Entes estaduais e à União, no caso do saneamento, o Ministério das Cidades e a Funasa, fazer intervenções sobre as boas práticas e as recomendações, tentar entender melhor o dia a dia e as dificuldades dos Municípios para atuar na causa. Se o problema é a falta de um plano municipal de saneamento, existem ações e recursos para elaborar esses planos e muitos Municípios não têm conhecimento. Como podemos buscar financiamentos e apoio financeiro para elaborar um plano para aqueles que não têm condições? Elaborado um plano, como acessar recursos do Ministério e da Funasa para implementar esses empreendimentos? Quais são as boas práticas e a jurisprudência consolidada a respeito de contratação de projetos e obras, na gestão e na fiscalização dos recursos. Existem diversos referenciais, por exemplo do TCU, sobre a contratação e a execução de obras disponíveis para a população e para o gestor. Cursos para os Municípios, do TCU e do Ministério das Cidades. A informação é muito rica e está disponível, acessível. Eu não tenho como medir a causa do desconhecimento, posso sugerir que sejam feitas iniciativas em realizar essa divulgação e estabelecer canais diferentes.

Como distinguir os limites das competências e cobrar do Ente federado (Município, Estado e União) ou da iniciativa privada responsável?

Hoje essas competências são pouco conhecidas, existem limites tênues até onde a União, os Estados e os Municípios vão. Mas a gente tem uma regra clara, a de que execução da política na ponta é responsabilidade dos Municípios; pois

quem formula o plano municipal, contrata os projetos, as obras, executa, fiscaliza, faz o gerenciamento é o Ente municipal. Claro que a União, no fomento da política nacional de saneamento, tem que dar o apoio financeiro e técnico. Mas o principal talvez não seja saber quais são as competências, mas como fazer com que essas competências de cada Ente sejam bem cumpridas e executadas. Como a União desenvolve melhor seu papel de fomentadora e apoiadora do Ente municipal. Existem iniciativas como o portal Capacidades, que tem diversos cursos de apoio técnico aos Municípios, e o acesso aos recursos financeiros para os projetos, que dependem de uma estruturação prévia do Município para saber o que é prioridade. Embora os papéis sejam distintos, eles precisam atuar unidos, ter interlocução forte, precisa de integração entre União, Estados e Municípios para que essa governança multinível, que a gente tem chamado no TCU, seja implementada de forma consistente que traga efetividade na ponta.




 Desenvolvimento Territorial

Resíduos sólidos: ações da CNM no Dia Mundial do Habitat

A celebração do Dia Mundial do Habitat em 1ª de outubro deste ano foi marcada por uma campanha para abordar a Gestão Municipal dos Resíduos Sólidos e retomou a discussão referente aos desafios dos Entes locais no descarte correto do lixo nas cidades e na integração de políticas públicas habitacionais. As legislações que impõem obrigações aos Municípios, mas não definem a origem dos recursos nem assistência técnica para a realização de planos de gestão em gerenciamento de resíduos sólidos e coleta seletiva, estão entre as principais dificuldades vivenciadas nos Entes locais, principalmente nos de pequeno porte.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) mais uma vez esteve engajada na campanha que pretende aprimorar ações e políticas públicas como a promoção consciente de padrões de produção e consumo, fabricação de ciclos de produtos, sistemas de governanças, redes de cooperação, além da capacidade dos gestores municipais em financiamento inovador para políticas habitacionais com gestão de resíduos.

O Dia Mundial do Habitat foi designado oficialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) para despertar a reflexão na sociedade sobre as condições habitacionais das cidades e do direito humano à moradia adequada, além de lembrar a responsabilidade coletiva mundial referente ao habitat das gerações futuras. De acordo com a própria ONU, no ano de 2012, apenas 0,32% do financiamento global para o

desenvolvimento foi destinado à gestão de resíduos sólidos, o que reforça a falta de investimento nesse segmento e de apoio técnico da União e dos Estados.

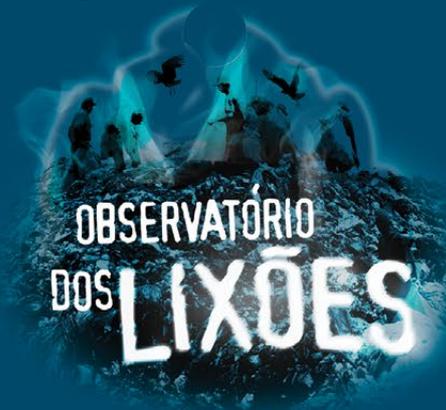
Ações da CNM

A CNM tem constantemente acompanhado as proposições legislativas direcionadas ao saneamento e à gestão dos resíduos sólidos no Congresso Nacional e o desmembramento de ações no Executivo para alertar as dificuldades dos Municípios de cumprir com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A entidade reforçou em várias ocasiões a falta de apoio aos Entes locais na execução de medidas impostas pela legislação.

A Confederação lembra que, após oito anos de implementação da PNRS, nenhum Município conseguiu atender integralmente ao que prevê a lei. Dados apontam que atualmente existem em torno de 2.978 lixões a céu aberto no Brasil. Dentre as medidas, a legislação estabelece a realização de planos de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, coleta seletiva, compostagem, reciclagem e disposição final em aterros sanitários apenas de rejeitos.

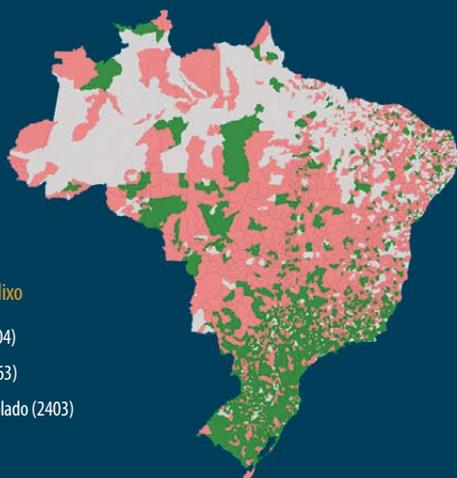
A CNM chama a atenção para o fato de que os Municípios não conseguem, individualmente, encerrar os lixões nem implantar e gerir aterros sanitários de forma isolada. Nesse contexto, a instalação de aterros sanitários em Municípios com menos de 100 mil habitantes não são

viáveis em razão do alto custo para se manter a operação dos aterros e da necessidade de tecnologias avançadas. A gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos para um habitat saudável dependem de integração, cooperação e esforços conjuntos entre todos os Entes federativos, iniciativa privada e sociedade.

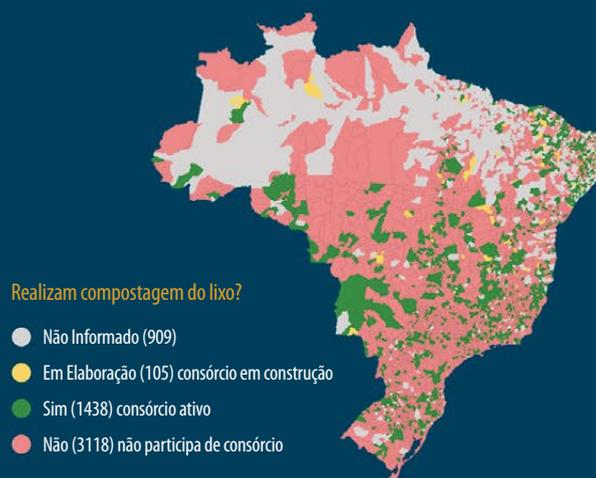


Para auxiliar os gestores sobre esse tema, a CNM disponibiliza materiais orientativos no seu Portal que podem subsidiar os Municípios para alavancar ações municipais que fortaleçam a melhor maneira de se fazer a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos. Os representantes municipais têm a opção de fazer o *download* de cartilhas e estudos na biblioteca digital da CNM. Ainda conseguem ter acesso ao diagnóstico municipal para a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Observatório dos Lixões pelo site: www.lixoes.cnm.org.br.

Disposição final ambientalmente adequada



Coosórcios de Resíduos Sólidos



Artigo

Gestão previdenciária: faça o que eu mando, não faça o que eu faço

Não há dúvidas de que a gestão e a sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência (RPPS) dos Estados e, principalmente, dos Municípios melhoraram a partir da década passada. A Secretaria de Previdência (Sprev) e os tribunais de contas têm um papel importante nessa melhora, em função do exercício de seu papel fiscalizador. A título de exemplo, o montante capitalizado pelos Municípios saltou de R\$ 12 bilhões em 2004 para R\$ 93 bilhões em 2016.

O maior instrumento que a Sprev tem para forçar os RPPS a implementarem uma gestão adequada é o Certificado de Regularidade previdenciária (CRP), que é emitido para os Entes federativos que tenham observado os critérios previstos na Lei 9.717/1998, conforme o que dispõe o art. 1º do Decreto 3.788/2001 e a Portaria 204/2008. A comprovação de sua emissão é condição prévia para a liberação de recursos federais decorrentes de transferências voluntárias ou assinatura de convênios, bem como para obter financiamentos de bancos federais e organismos internacionais.

O CRP é bastante amplo, englobando 35 itens. O descumprimento pelo Município de um único item já é suficiente para ficar irregular e sofrer as consequências. Em função disso, um número cada vez maior de Municípios tem buscado a obtenção de decisões judiciais. Muitos com sucesso. Isso nos preocupa porque, por um lado, pode levar os gestores a relevarem a preocupação com a sustentabilidade de seus RPPS, que terá sérias consequências para as finanças do Município. Por outro lado, cria uma imagem negativa para os Municípios perante a sociedade, ajudando a União a manter iniquidades injustificáveis para com os Municípios, como a cobrança indevida do Pasep sobre os RPPS e o pagamento da compensação previdenciária sem juros.

Porém, quem realmente dá péssimo exemplo é a União. Ela detém o RPPS mais desestruturado e o que mais afronta a Constituição e a legislação. Ela descumpra pelo menos sete itens do CRP, fora diversos outros que não informa à Sprev. 1) Não há unidade gestora única de previdência, ficando a cargo de cada órgão conceder as aposentadorias de seus servidores e pagar com seu próprio orçamento, descumprindo a determinação



Os Municípios, no total, em 2016 tinham um patrimônio nos seus RPPS de R\$ 105,4 bilhões, volume que vem crescendo nesta década a uma taxa real de 12,4% ao ano. Mantida essa taxa, em 2020 teremos cerca de 170 bilhões. Trata-se de pagamento antecipado de dívida previdenciária futura, com foco na responsabilidade fiscal e na sustentabilidade dos RPPS. A União não tem nada capitalizado.

consagrada no parágrafo 20 do artigo 40 da Constituição Federal, e dificultando o controle. 2) Não há nenhum conselho gestor da previdência da União e, conseqüentemente, nenhuma participação dos servidores na gestão de sua previdência. 3) Os segurados não têm acesso às informações do regime. 4) Não há contas bancárias distintas para os recursos previdenciários. 5) Não há demonstrativos de informações previdenciárias globais com consistência, como é exigido dos Municípios. 6) Não há dados confiáveis sobre os segurados de todos os poderes, o que compromete a confiabilidade das avaliações atuariais. 7) Porém, o mais sério é que o sistema tem um passivo atuarial de R\$ 1,2 trilhão de reais (apenas dos servidores civis) e não foi implantado nenhum plano de equacionamento do déficit.

Ao contrário da União, os Estados e os Municípios avançaram muito nos últimos anos na organização e na gestão de suas previdências. Se, por um lado, muitos apresentam um forte déficit financeiro e atuarial, por outro lado, a maioria deles tomou medidas para atacar esse déficit no futuro e estruturaram, ainda que não integralmente, o conceito de unidade gestora única. Os Municípios têm o dobro dos segurados da União, cerca de três milhões, e seu passivo atuarial é pouco mais de metade, estando a grande maioria cumprindo piamente planos de equaciona-

mento desse passivo, aprovados pela Sprev.

Além disso, houve avanços importantes tanto na gestão de ativos quanto de benefícios, em grande medida direcionados pela exigência do CRP e das auditorias da Sprev e dos tribunais de contas. A necessidade de cortar gastos indevidos e maximizar os recursos também motivou os RPPS a investirem em melhorar a qualificação de seus servidores, modernizar seus sistemas informatizados, realizar recadastramento de seus servidores, melhorar suas bases de dados, fazer auditorias internas nos processos de concessão de benefícios e ter equipes especializadas em investimentos financeiros.

Está na hora de a União organizar sua previdência, reconhecer os avanços dos Municípios, acabar com as iniquidades de tratamento e criar mecanismos mais adequados e viáveis de fiscalização, com foco na sustentabilidade a longo prazo e na punição dos desvios de conduta, mas sem inviabilizar, desnecessariamente, as finanças dos Municípios no curto prazo.

Leonardo Rolim, Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados, ex-secretário de Políticas de Previdência Social do Ministério da Previdência Social e ex-vice-presidente da Conferência Interamericana de Seguridade Social.


 Executivo

Encontro de Contas pauta reuniões com o Executivo

Conhecer os reais débitos e créditos junto à Previdência Social é uma das principais lutas do movimento municipalista. O tão esperado Encontro de Contas continua sendo motivo de articulações da Confederação Nacional de Municípios (CNM). O presidente da entidade, Glademir Aroldi, buscou mais uma vez – junto às equipes do Ministério da Fazenda, da Casa Civil e da Secretaria de Governo da Presidência da República – encaminhamentos prometidos pelo governo federal.

Em reunião avaliou-se a minuta de portaria e o decreto a ser publicado, que instituirá o Comitê Permanente de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal (CRDPM). Além disso, foram discutidos os mecanismos que vão dar transparência às informações. Entre os pontos acordados está o de que os comitês contarão com seis representantes de Municípios.

"A informação é pública e não conseguimos até hoje. Esperávamos um caráter revisor efetivo do Comitê", afirmou Aroldi, reforçando que, atualmente, para questionar qualquer débito consolidado contra a administração local, o gestor tem à disposição apenas recursos inó-



Célio da Ilho

cuos à própria Receita Federal ou ao Judiciário. O presidente destacou: a Justiça reiteradamente tem dado ganho de causa aos Municípios, mas a União sempre recorre, e os processos se arrastam, o que mantém o Ente negativado e impedido de refinar. Situação que se tornou insustentável com a crise econômica.

Aroldi também foi recebido pelo subchefe de Assuntos Federativos da Secretária de Governo, Aldemir Silva Almeida, e pela subchefe de Assuntos Parlamentares, Mariangela Fialek, para dialogar sobre o avanço de matérias importantes aos Municípios ainda este ano. Ele solicitou o apoio na aprovação de matérias de extrema relevância ao municipalismo brasileiro tanto no Executivo como no Congresso Nacional.

- ▶ **Precatórios** – Aroldi lembrou que a situação dos Municípios com as dívidas de precatórios é alarmante. "Só dívidas de Municípios são mais de R\$ 40 bilhões, isso fora Estados. Então, essa linha de crédito é muito importante", sinalizou.
- ▶ **RPPS** – Sobre o Regime Próprios de Previdência Social, ele lembrou que "mais de 2,1 mil Municípios têm o RPPS e o maior problema é o passivo atuarial". Pelo PL 7103/2010, em tramitação no Congresso – o prazo para o pagamento do passivo, retirando a cobrança de PIS/PASEP sobre os fundos, seria estendido.
- ▶ **FEX** – A liberação dos recursos do Fundo de Auxílio aos Estados e aos Municípios Exportadores (FEX), relativo ao exercício de 2018, foi solicitada por Aroldi. "Se os Municípios não tiverem um apoio financeiro, eles não conseguirão fechar suas contas", disse.
- ▶ **Lei Kandir** – também foi reforçada a importância da regulamentação da Lei, que, ao retirar a obrigação de pagamento do ICMS sobre os produtos exportados, leva a prejuízos que ultrapassam o montante de R\$ 548,7 bilhões. Para isso, a CNM espera a aprovação do PLP 511/2018.


 Educação

Estimativa populacional, Fundef e precatório em debate no TCU

A possibilidade de redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 135 cidades foi pauta de uma reunião do presidente da CNM, Glademir Aroldi, com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro. A preocupação ocorreu após a divulgação da estimativa populacional feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que pode alterar o coeficiente do Fundo dessas cidades.

Aroldi lembrou que a atualização representa perda de receitas significativas, principalmente para as pequenas cidades.

“O problema é grave, principalmente para os pequenos Municípios. Essas cidades costumam ter receitas de R\$ 15 milhões por ano e, com as alterações no coeficiente, deixariam de receber de R\$ 3 milhões”, argumentou o líder municipalista.

Além disso, Aroldi sinalizou pautas como: os recursos de precatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e das obras do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pú-

blica de Educação Infantil (Proinfância) classificadas como inacabadas.

O líder municipalista reforçou o pedido de manutenção de duas decisões proferidas pelo TCU em relação aos acórdãos 1.824/2017 e 1.962/2017. Elas tratam da utilização dos recursos a serem pagos pela União, a título de precatórios, resultantes de ações que buscaram o ressarcimento de verbas não pagas corretamente na vigência do Fundef. A CNM sustenta que os valores pagos aos Municípios prejudicados correspondem ao ressarcimento de recursos que os Entes públicos foram obrigados a disponibilizar no período de 1998 a 2006, em decorrência da inadimplência da União.

Na busca por alternativas que possam auxiliar os gestores a resolverem a questão das obras inacabadas, Aroldi pediu ao presidente do TCU para avaliar a situação desses Municípios, pois tem se tornado insustentável. "Nós estamos muito preocupados com esse problema", disse o presidente da CNM.

Atualmente, 394 cidades possuem obras de creches do Proinfância inacabadas. A Confederação apresentou documento em que aponta os desafios enfrentados pelos Municípios.

Gestores cobram regulamentação para pagamento dos precatórios

Como todo pleito municipalista, a aprovação no Legislativo da Emenda Constitucional 99/2017 – que estabeleceu um regime especial para Estados e Municípios quitarem seus precatórios e estendeu o prazo para 2024 – foi o primeiro passo de uma solução conjunta entre os Entes federativos, que vai favorecer o gestor lá na ponta. Passados mais de seis meses da promulgação, a CNM busca, com o Executivo Federal, a regulamentação do financiamento para evitar judicialização do tema.

Isso porque a emenda estabeleceu o prazo de um semestre, após a entrada em vigor do regime especial, para a União instituir o modelo para pagamento dos precatórios por meio de uma linha de crédito específica. Desde então, a CNM recebe gestores aflitos com o tema, em razão da crise financeira e da queda de arrecadação, e leva as demandas aos órgãos responsáveis pela normatização. Na última reunião no Palácio do Planalto com o Ministério da Fazenda, a Casa Civil e a Secretaria de Governo da Presidência, os representantes do Executivo afirmaram que em breve será publicada portaria.

Segundo a representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a edição da EC 99 e a inclusão da linha de crédito ocorreram sem a participação do tesouro, o que trouxe desafios e questionamentos jurídicos sobre os modelos e os critérios para o financiamento: “Precisamos esclarecer o que são saldos remanescentes e qual o valor disso. É um impacto não trivial para as finanças da União”. Dados do Tesouro, que afirmou que praticamente não tem informações municipais, indicam R\$ 100 bilhões de reais de Estados e Municípios em precatórios. Estimativa da CNM, porém, aponta que só dos Municípios são R\$ 40 bilhões.

“Se isso for a missão de um prefeito, eu prefiro renunciar a meu mandato”.
Helio Bruning,
prefeito de Três Barras do Paraná



gestor municipal – como os gastos com pessoal acima dos 54%, as vagas nas creches e as estradas rurais em péssimas condições –, o prefeito paranaense Helio Kuerten Bruning afirma que de precatórios vencidos tem R\$ 1,6 milhão, que, somados aos valores que estão vencendo e a vencer, devem chegar a R\$ 3 milhões.

Como os colegas gestores, ele conta que a Emenda 99/2017 trouxe esperança. Mas, sem a regulamentação, Bruning foi processado pelo Ministério Público por não pagar os precatórios até o final de 2017 e tentar manter o Município apto para convênios.

“Pagaremos com cortes em exames, medicamentos, transporte escolar, merenda escolar, auxílio às pessoas carentes, ou teremos outra saída? Se isso for a missão de um prefeito, eu prefiro renunciar a meu mandato, voltar para minha plantação de soja, a penalizar os 12.250 habitantes”, ressaltou.

Também cobrando um posicionamento do governo federal, a **prefeita Marina Dias Marinho**, de Jandaíra, revelou que os débitos automáticos na conta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) têm zero o recurso, principal receita do Município. Segundo ela, a parcela do Município de dívidas com precatórios chega a R\$ 90 mil. Diante do impasse da operacionalização do pagamento e da criação da linha de crédito, o prefeito de Várzea Alegre, José Helder Carvalho, tem mobilizado os gestores da região e participado de reuniões em Brasília, na tentativa de sensibilizar Tesouro e instituições bancárias.



Impasse operacional

Reforçando pleito da CNM, o prefeito cearense José Helder Carvalho explica que houve, com a publicação da Emenda, expectativa por extensão do prazo e juros mais baixos que a correção cobrada pelos tribunais. “Mas até esse momento, a União não autorizou, através do Tesouro, as instituições financeiras a financiarem os precatórios. Estive em dois bancos e, quando eles leem a emenda, interpretam que o Tesouro é quem disponibilizará esses recursos. Diante do impasse e da falta de orçamento da União, nossa luta é para que eles autorizem o financiamento pelas instituições bancárias”, resume. Em Várzea Alegre, 3,98% da receita municipal está comprometida com os precatórios, o que corresponde a cerca de R\$ 200 mil por mês. “Se ocorrer como esperado, a prestação diminui, porque teremos prazo maior e juros menores; fortalece e faz girar a economia, com a injeção de recursos no Município; e resolve de maneira definitiva o comprometimento da dívida, com um pagamento mês a mês”, defende Carvalho.

Casos

Os prefeitos de Várzea Alegre (CE), Jandaíra (RN) e Três Barras do Paraná (PR) foram alguns dos que procuraram a Confederação para mostrar a situação crítica dos cofres públicos e buscar um posicionamento da União. Com um relato dramático sobre a pressão em cima do

Saneamento: atuação conjunta

Cinco anos de publicação do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e a resposta para o porquê de o serviço estar longe de ser universalizado se mostra, cada vez mais, complexa. Dependendo de uma atuação interfederativa, o setor demanda investimentos financeiros e técnicos para avançar.

Entre as últimas conquistas para os Entes municipais – principais penalizados pela ausência de uma política efetiva nacional que possibilite o desenvolvimento local – estão a prorrogação do prazo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico e o fortalecimento dos consórcios públicos. **Os desafios, por outro lado, vão das datas limite estabelecidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos à implementação da logística reversa, pelos quais os gestores estão sendo indiscriminadamente responsabilizados**, alerta a CNM.

Dados da execução orçamentária do Ministério das Cidades (MCidades) revelam um investimento negligente, distante do preconizado pelo Plano. Tanto o orçamento quanto a execução para o setor estão, há anos, instáveis, e, quando há disponibilização de recursos, é a título de empréstimo e não a fundo perdido. Além disso, o acesso é dificultado com critérios de elegibilidade, prazos e exigências técnicas para os projetos, distantes da realidade dos Municípios, principalmente dos pequenos.

De acordo com informações da pasta, as capitais recebem a maior parte dos recursos e, regionalmente, Nordeste e Sudeste se destacam no volume recebido. Os valores pagos para o setor tiveram crescimento vertiginoso com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1, em 2007, mas atingiu quedas significativas em



Reunião na sede da CNM reforçou diálogo sobre a MP

2011 e 2015. Atualmente, os aportes estão menores do que em 2016.

A situação para os Entes municipais pequenos, com menos de 50 mil habitantes - que representam 88% dos Municípios do país -, é ainda mais preocupante, já que, de 2002 a 2017, eles receberam apenas 1,96% do total de recursos do Ministério para saneamento. O dado não surpreende, uma vez que a atuação do órgão até 2016 tinha como foco Municípios com população acima de 50 mil ou integrantes de regiões metropolitanas, as Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs). Contudo, em 2017, a pasta lançou o programa de financiamento Avançar Cidades, o qual não opera por meio de recursos do Ouvidoria Geral da União (OGU) e, com isso, contempla qualquer faixa populacional. Ainda assim, o investimento em saneamento nas localidades de pequeno por-

te permanece com a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) quando se trata de recursos da OGU.

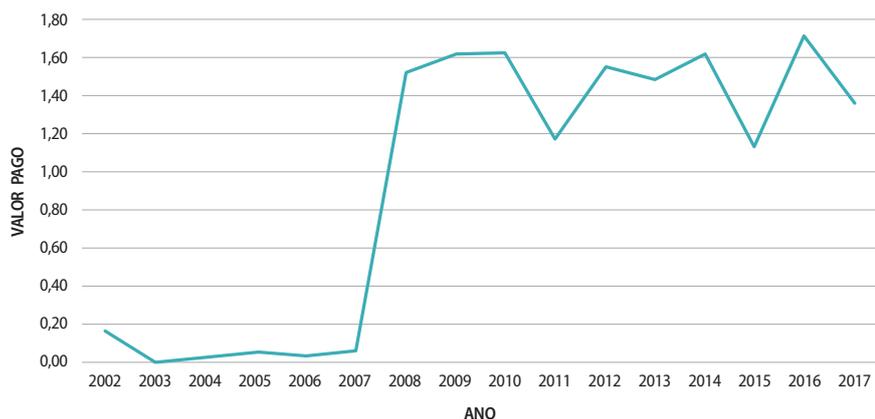
Porém, reiterada vezes a CNM alertou para o fato de que a Funasa não consegue atender a demanda de apoiar Municípios para impulsionar a universalização dos serviços de saneamento básico. No que diz respeito a planos de saneamento, por exemplo, a CNM evidencia que ainda há superintendências da Funasa que estão iniciando o apoio a elaboração dos planos municipais de saneamento básico, por meio de oficinas técnicas em universidades.

NOVO MARCO

Uma proposta que tramita no Congresso Nacional para um novo marco legal do setor, a Medida Provisória (MP) 844/2018 reacendeu o debate e gerou ainda mais questionamentos sobre o papel da gestão municipal. A CNM tem dialogado para alinhar as demandas dos gestores com o setor empresarial, o Executivo Federal e os parlamentares a fim de garantir a aprovação de um texto que garanta a autonomia local e possibilite uma reforma estruturante do setor com a participação de todos os Entes federados e a iniciativa privada.

A Confederação entende que impulsionar a regulação em saneamento básico é importante, porém há que se aperfeiçoar alguns artigos da MP, como por exemplo o artigo 10-A, para determinar casos específicos em que os Municípios deve publicar edital de chamamento público antes de renovar contrato de saneamento. Ademais, a CNM entende ser fundamental a criação de um comitê interfederativo para garantir a oitiva dos Municípios antes da publicação de normas de re-

EXECUÇÃO MCIDADES – SANEAMENTO (R\$ BILHÕES)



amento

Junta para superar o desafio

ferência nacionais para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico pela Agência Nacional de Águas.

O diálogo e as reuniões aconteceram com a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), a Confederação Nacional de Indústria (CNI), o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil. Nos debates, são tratados não só a proposta do novo marco, como outros temas do setor, incluindo os resíduos sólidos. A MP teve seu prazo prorrogado por mais 60 dias, e o governo federal tem até 19 de novembro para tentar aprová-la, caso contrário, a medida perderá a validade.



CONSÓRCIOS COMO SOLUÇÃO

Último levantamento da CNM revelou que, dos 5.568 Municípios do país, 4.081 participam de pelo menos um consórcio público. São, no mínimo, 491 consórcios no Brasil, sendo 275 finalitários – ou seja, atuam em apenas uma área – e 213 multifinalitários (três não responderam à pergunta). Dos finalitários, 181 estão voltados só para saúde; 20 para infraestrutura; 12 para meio ambiente; 12, resíduos sólidos; e sete, turismo. Com um trabalho diversificado ou não, do total de consórcios, 35% declararam atuar em meio ambiente; 28,30% em resíduos sólidos; 19,10% em saneamento – água; e 14,70% com saneamento – esgoto. Estratégia adotada em Alagoas, onde todos os lixões foram fechados graças às parcerias intermunicipais, com governo estadual e o Ministério Público. Entre os consorciados que responderam à pesquisa da Confederação, destacam-se também Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rio de Janeiro e Santa Catarina, com, no mínimo, 21 consórcios em uma das áreas envolvidas com saneamento (meio ambiente, resíduos, água e esgoto).

LOGÍSTICA REVERSA

A PNRS determinou, entre outros princípios e instrumentos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Ou seja, um “conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos

causados à saúde humana e à qualidade ambiental”. Já a logística reversa não envolve os gestores municipais e o conceito destaca o papel do setor empresarial: “instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada”

Os sistemas de logística reversa devem ser implementados e operacionalizados por meio de três instrumentos: Regulamento expedido pelo Poder Público (decreto do Executivo), acordos setoriais e termos de compromisso. Nos últi-

mos anos, porém, questionamentos do Ministério Público (CP) têm sido direcionados não só ao setor empresarial, responsável pelas mudanças na gestão dos produtos colocados no mercado, como também aos Entes Municipais.

Dentre os pontos de diálogo com o MMA, a CNM evidencia que está pleiteando a participação nas discussões sobre os acordos setoriais de logística reversa, principalmente os de embalagens, pois são resíduos que correspondem, em média, a 70% dos resíduos domiciliares coletados pelo sistema público de limpeza urbana. Com isso, Municípios estão sendo onerados com essa obrigação do setor empresarial, o que demonstra a urgência de inserir os Municípios nos acordos de logística reversa.



SOBRAM RECURSOS, FALTAM PROJETOS

Verdadeiro

Falso

Em razão de diversos pronunciamentos do Ministério das Cidades em matérias sobre saneamento divulgadas na mídia recentemente, a CNM contesta argumento de que há dinheiro disponível, mas faltam projetos por parte da administração local para acessar os recursos. Apesar de ter apresentado às produções dos veículos nota com posicionamento da entidade sobre a atuação do Ente municipal no setor, a abordagem é sempre enviesada e beneficia ponto de vista da União, sem considerar a crise econômica do país, histórico de investimentos, ausência de planejamento e de uma atuação conjunta entre os Entes, propostas concretas e perspectivas – a exemplo do que é apresentado nesta edição do Boletim.

As dificuldades começam nos recursos escassos passam pelo acesso e chegam

à execução dos projetos. Implantar políticas pensadas pelo governo federal em âmbito local, segundo os projetos, que, dependendo do órgão, têm diferentes formatos, prazos e exigências, é tarefa complexa. Exige pessoal qualificado em diversas áreas e depende de órgãos regulatórios e de fiscalização. Sem contar a burocracia dos procedimentos de licitação e bancários, para financiamento das ações. E as regras que nem a União cumpre, mas que impedem o gestor de acessar o montante e receber transferências voluntárias – como a previdência, pelo Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (Cauc). Por fim, muitas vezes, fica a frustração do esforço não ter ocorrido na mesma velocidade que o término do prazo para o Restos a Pagar ou para a emenda. É quando a promessa vira sonho, distante de se concretizar.

Jurídico

Municípios se mobilizam pela redistribuição dos royalties

Mais de R\$ 20 bilhões deixaram de chegar aos cofres municipais desde 2013, quando decisão monocrática do Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar que impediu a redistribuição dos recursos prevista na Lei 12.734/2012. Os Municípios, que enfrentam difícil situação econômica – se mobilizam pela justa distribuição de recursos referentes à produção de petróleo brasileira. A campanha já ultrapassa 76 mil assinaturas e vem ganhando força pelo País.

Exemplo de mobilização, a prefeitura de Vigia de Nazaré (PA) reforçou a necessidade de uma decisão definitiva por parte do Supremo. A prefeita do Município, Camille Vasconcelos, lembrou que deixou de arrecadar nesses seis anos de indefinição da matéria mais de R\$ 1,2 milhões. “Esses recursos fazem falta para nosso Município. Se estivéssemos recebendo esses valores poderíamos estar investindo em muito mais ações de melhoria para a qualidade de vida dos cidadãos”, defendeu.

Porto Xavier, no Rio Grande do Sul, deixou de receber R\$ 2,3 milhões do Fundo Especial do Petróleo até dezembro de 2017. O prefeito, Vilmar Kaiser, relatou que a população também abraçou a causa municipalista. “Atendemos ao pedido da CNM e reunimos equipe de governo e a Câmara de Vereadores. Fomos ao comércio e outros pontos importantes da cidade e o contato com a população foi feito no corpo a corpo. Fomos informando e conscientizando a população sobre os benefícios dos royalties para nossa cidade. Conseguimos 1.463 assinaturas em um Município que tem população de 11 mil habitantes. Os outros Municípios também precisam fazer o mesmo”, disse.

No Estado de Minas Gerais, o Município de Goiabeira é um bom exemplo de participação na campanha. A Prefeitura propôs junto à Câmara Municipal buscar as assinaturas da população local. Segundo o prefeito, Hércio Nogueira, a divulgação da campanha é importante, pois, nesses mais de 6 anos em que a matéria está travada no STF, o Município deixou de arrecadar mais de R\$ 1,9 milhão. “Esse valor representa mais de 4 meses de FPM [Fundo de Participação dos Municípios] na nossa cidade. Representa também mais de 4 folhas de pagamento da Prefeitura”, explicou o gestor.

Em Santa Catarina, Rio Negrinho deixou de ganhar mais de R\$ 6 milhões com a suspensão da Lei. Inconformada com a situação, a população do Município participa ativamente da campanha registrando apoio com a assinatura eletrônica do abaixo-assinado para que a Corte julgue a matéria. “O Município deve perder ao longo de 10 anos mais de R\$ 10 milhões e isso é muito para um Ente de pequeno porte. Esse valor deve ser redistribuído de forma igualitária e o quanto antes. Só assim nós poderemos dar mais dignidade à nossa população”, defendeu o prefeito, Júlio César Ronconi.

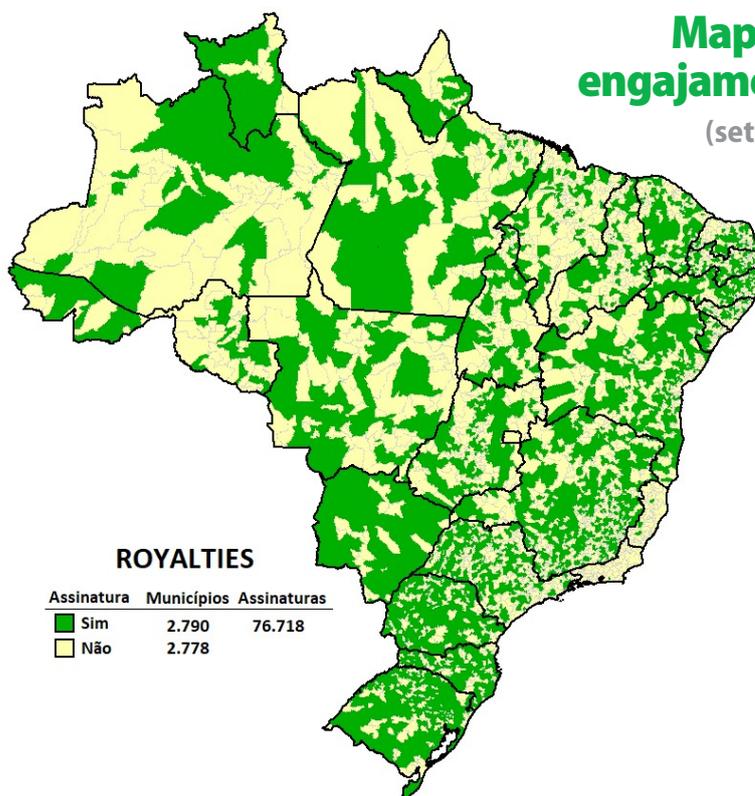
Participe

O movimento municipalista se une em prol dessa pauta. Prefeitos, vereadores, agentes e demais municipalistas podem fortalecer a campanha. Veja como participar:

- Entre em www.royalties.cnm.org.br
- Participe do abaixo-assinado *online*
- Consulte quanto seu Município perdeu com a liminar
- Baixe o Manifesto Municipalista
- Convoque a população para assinar o Manifesto
- Envie as assinaturas para a sede da CNM
- Acompanhe as próximas ações no Portal CNM

Linha do tempo

- 1 Ao final de 2012 legislação aprovada pelo Congresso Nacional, após forte pressão municipalista.
- 2 As mudanças promovidas pelo Parlamento nas regras foram vetadas pela presidente da República da época, Dilma Rousseff
- 3 Os gestores não se conformaram com a decisão. Mobilizações regionais e em Brasília garantiram, em março de 2013, a derubada do veto pelo Congresso.
- 4 No mesmo mês, mesmo após todas as ações dos municipalistas, o STF concedeu liminar suspendendo nos efeitos da legislação.
- 5 Desde então, o movimento municipalista tem pressionado para que a Corte aprecie a matéria. São milhares de assinaturas que serão entregues ao STF.



Estudos Técnicos

Estimativa populacional: 240 Municípios podem ganhar ou perder FPM

Pelo menos 240 Municípios terão alterações no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no próximo ano. Isso, muito provavelmente, ocorrerá por conta da nova estimativa populacional divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no final de agosto. A partir dos dados nacionais, a Confederação calcula que 135 cidades devem ter redução de coeficiente e 105 devem ter aumento nos recursos transferidos pela União, se o Tribunal de Contas da União (TCU) validar os números.

A população brasileira passou de 207.706.355 para 208.494.900 milhões de habitantes, de 2017 para 2018. Um aumento de 0,38%. Mais da metade dos Municípios, 2.933 ou 52,7%, obtiveram redução populacional; 2.626 ou 47,1% tiveram crescimento; e apenas 11 ou 0,2% mantiveram os números. O IBGE também contabilizou os imigrantes venezuelanos residentes em Roraima, onde 99% deles estão em Boa Vista e Pacaraima.

Segundo esclarece a Confederação, essas informações impactam diretamente no FPM, pois a quantidade populacional é o critério de distribuição da verba entre os governos municipais. O mecanismo usado para ratear o Fundo é chamado de coeficiente e define a média mínima de 0,6 para Municípios com até 10.188 habitantes; e a máxima de 4,0 para localidades a partir de 156 mil habitantes, que se refere a grandes cidades.

Quando se considera o coeficiente de repasse, a Bahia deve ter mais Municípios impactados negativamente, 56 cidades podem ter redução no Fundo. Em contrapartida, 15 e 14 Municípios de São Paulo e Rio Grande do Sul, respectivamente, podem ter aumento de coeficiente. A CNM destaca, ainda, que 268 Municípios estão bem próximos de mudarem de faixa, com pequena margem de até 500 habitantes para mais ou para menos. Deles, seis Municípios têm uma diferença de até 12 habitantes para mudar de coeficiente.

Retenção do Fundo

Além das três previsões mensais para cada Município, a Confederação publicou em sua Biblioteca on-line um levantamento sobre retenção do Fundo por conta de dívidas previdenciárias. Nos sete últimos meses, o valor retido somou R\$ 3,61 bilhões, o que representa 5,3% do FPM acumulado. Do total, 4.223 Municípios registraram algum tipo de impacto. Em alguns casos, o cenário fica crítico: 1.426 Municípios tiveram entre 70% e 100% do FPM retido pela Receita Federal do Brasil (RFB).



208.4 milhões

A população brasileira passou de 207.706.355 para 208.494.900 milhões de habitantes, de 2017 para 2018.

52,7% ↓

dos Municípios tiveram redução populacional

ou seja, mais da metade: 2.933 Municípios; 2.626 ou 47,1% tiveram crescimento; e apenas 11 ou 0,2% mantiveram os números.

Orçamento

Ainda sobre o FPM, a CNM divulgou a previsão do montante a ser repassado aos cofres municipais, a partir de janeiro. A primeira redação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2019 – enviado ao Congresso Nacional – sugere a transferência de R\$ 87,5 bilhões durante todo o próximo ano. O valor previsto pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) considera o percentual destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Ao somar a verba do Fundeb, em valores brutos, a previsão é de que o FPM acumule R\$ 109,4 bilhões, em 38 transferências constitucionais. Caso o valor seja confirmado, o Fundo terá crescimento de 6,36% em comparação com 2018. O presidente da CNM, Glademir Aroldi, reforça que a previsão pode ser influenciada por diversos fatores, como a arrecadação nacional. “Os gestores devem ter muito cuidado ao fazer a previsão orçamentária do próximo ano. Deve observar o cenário orçamentário nacional, o histórico recente, além da Ploa”, salienta Aroldi.



R\$ 3,61 bilhões

é o valor retido nos sete últimos meses, o que representa 5,3% do FPM acumulado

Confira os estudos divulgados no *site* da CNM, na aba Biblioteca, com informações mais detalhadas e a lista dos Municípios que podem perder ou ganhar recursos já em 2019.



Boas práticas

Municípios destaques do Ideb contam suas experiências

Municípios dos Estados de Alagoas, do Paraná e do Ceará avançaram em ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino e ganharam visibilidade no último levantamento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro. Iniciativas promovidas em Coruripe (AL), Serranópolis do Iguaçu (PR) e Brejo Santo (CE) ocuparam as primeiras colocações no levantamento ao adotarem projetos exitosos, mesmo diante de adversidades enfrentadas pelas cidades brasileiras com o atual cenário econômico do país.



I) Formação continuada

O Ideb é calculado pela proficiência dos estudantes e pelo indicador de taxa de aprovação. Em uma escala que vai de 1 a 10, a escola rural José Wilson Melo Nascimento, do Município de Coruripe, alcançou a nota 9.9 no ensino fundamental (etapa que vai do 1º ao 5º ano) e ficou com a primeira colocação do ranking nacional do Ideb. O projeto de ensino que começou há 20 anos teve como base a troca de experiência e formação continuada entre os professores, além do acompanhamento da performance dos alunos.

Supervisão de frequência dos alunos, seleção de professores para turma por perfil dos alunos, parcerias com as famílias, gincana estudantil e uma biblioteca para auxiliar os estudantes com aulões e simulados foram outras ações do Município. Essas medidas também contribuíram para a melhoria da qualidade de ensino em outras 4 escolas do Município, que ficaram entre as 100 mais bem colocadas no Ideb.

O prefeito Joaquim Beltrão destacou que essa visibilidade só foi possível com o engajamento de todos os servidores e da população. “O resultado foi fruto de muito trabalho, determinação da equipe e experiência da gestão, que vem aprimorando essas iniciativas ao longo dos anos. Essa motivação, o conhecimento e a dedicação de todos contribuíram para esse resultado”, explicou o gestor.

II) Materiais didáticos e tecnologia

Com apenas 4 mil habitantes, o Município de Serranópolis do Iguaçu fortaleceu a atuação pedagógica e conseguiu investimentos em estrutura que resultaram na segunda colocação nacional no Ideb. De acordo com a Secretaria de Educação local, são ofertados aos alunos materiais didáticos e tecnológicos atualizados, salas bem equipadas e apoio para todas as turmas no contraturno escolar.

As escolas possuem também um programa de atividades complementares nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática e suporte para o desenvolvimento de projetos como avaliação de rendimento escolar interna em várias matérias. Aos professores é oferecida formação continuada de no mínimo 60h anuais. Eles também recebem atendimento de profissionais nas áreas de psicologia e fonoaudiologia, além de suporte de direção e de coordenação pedagógica. “A gente tem um trabalho diferenciado com os professores. Damos também condições para os alunos. Cerca de 33% da nossa arrecadação é encaminhada para a Educação, que é prioridade no nosso Município”, disse o prefeito de Serranópolis do Iguaçu, Luiz Carlos Ferri.

III) Parcerias e projetos

A cidade de Brejo Santo passa por transformações na rede municipal de educação desde 2009. O Município ganhou visibilidade no Ideb após a adoção de iniciativas e busca por parcerias com uma universidade e a Polícia Rodoviária Federal. Segundo a Secretaria de Educação local, os alunos de todas as unidades escolares recebem café da manhã por meio do projeto denominado Café com Letras. Essa ação recebeu uma premiação do Banco Mundial.

Também foi implantada na rede de ensino uma sala multiprofissional, que reúne psicólogos, psicopedagogos e assistentes sociais, além da contratação de mediadores para atender crianças com necessidades especiais. Os pais de estudantes ainda recebem visitas domiciliares de pedagogos, o que reforça a interação com as escolas. “A gente acredita verdadeiramente que a educação é investimento e desenvolvimento do Município em todos os segmentos. Com a melhora da educação, outros índices como, por exemplo, na Saúde, no Meio Ambiente e até na prática de esportes também avançam”, argumentou a prefeita de Brejo Santo, Teresa Maria Tavares.



Internacional

Municipalistas latino-americanos se reúnem no Uruguai

A Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Associações de Governos Locais (Flacma) organiza, anualmente, a *Cumbre Hemisférica de Alcaldes y Gobiernos Locales* (Cúpula Hemisférica de Prefeitos e Governos Locais), com o objetivo não só de estreitar laços globais, mas de compartilhar experiências de gestão. Em sua 12ª edição, o encontro deste ano ocorreu em Punta del Este (Uruguai). O próximo encontro da *Cumbre*, em 2019, será no Chile. E, em 2020, no Brasil, data em que a Confederação celebra 40 anos de sua fundação.

Os brasileiros tiveram destaque ao apresentarem as boas práticas de gestão que são aplicadas no Brasil. A CNM foi representada por diretores, como o 1º vice-presidente, Julvan Lacerda, pelo 1º secretário, Hudson Brito, pela representante da região Sudeste, Daniela de Cássia, pela fundadora do Movimento Mulheres Municipalistas (MMM), Tânia Ziulkoski, e pelo ex-presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski.

Lacerda, que também é prefeito de Moema (MG), debateu os desafios brasileiros e os problemas comuns a todas as nações vizinhas. “Temos muito o que caminhar e vencer para fazer um país mais sustentável, com uma sociedade mais equilibrada e justa. A educação é o grande ponto que merece investimentos, mas o que mais aflige no momento é a segurança pública e os estragos que o narcotráfico tem feito

na América do Sul”, destacou.

Em duas décadas à frente da CNM, Paulo Ziulkoski acompanhou os avanços do movimento internacional. “É uma alegria ver o progresso da Flacma nos últimos anos. Vejo um novo momento do encontro, com conteúdo mais expressivo e maior participação. É um evento para caminhar no sentido da cooperação internacional, é preciso buscar boas práticas e experiências para melhorar a gestão”, defendeu.

PREMIAÇÃO – Além de oferecer um espaço no evento para divulgar as ações e os projetos da própria entidade e dos seus filiados, a CNM prestigiou os gestores que apresentaram iniciativas bem-sucedidas. Foi o caso de Santa Clara do Sul (RS) e Venâncio Aires (RS), agraciados com o Prêmio Latino-Americano ao Bom Governo Municipal. As duas experiências, reveladas pelo Prêmio MuniCiência, foram tema de palestras, assim como a de São Bento do Una (PE) e de Itabira (MG).



mulheres atualmente eleitas para os cargos de prefeitas e vereadoras, além do estudo de gênero e raça, lançado em julho deste ano.

O MMM se fez representado também na troca de boas práticas, com a palestra da prefeita do Município pernambucano, Débora de Almeida, e pela prefeita de Monteiro Lobato (SP), Daniela de Cássia. A gestora lobatense recebeu o prêmio de Cidade Inteligente e pôde detalhar a sua experiência de planejar a gestão de forma alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na plenária sobre os Objetivos.



Homenagem

Durante o evento, Paulo Ziulkoski recebeu título de membro honorário pela atuação em favor do movimento municipalista brasileiro e latino-americano. A homenagem foi conduzida pelo presidente do Congresso de Intendentes do Uruguai, Sergio Botana. Ele destacou que, de uma cidade com pouco mais de três mil e poucos habitantes, saiu “o homem que organizou todos os Municípios do Brasil, os 5.568 Municípios brasileiros, para reivindicar os seus direitos. Dali saiu e ali segue vivendo esse enorme municipalista da América”, contou.

Botana destacou fatos como a primeira *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, em 1998, em que as lideranças municipalistas brasileiras foram recebidas com cachorros e cassetetes porque temiam o movimento que vinha das bases. Ziulkoski agradeceu a homenagem dividindo-a com a esposa Tânia Ziulkoski. “Durante 21 anos, ela ficou em Porto Alegre praticamente sozinha, enquanto eu viajava pelo Brasil e pelo mundo. Hoje, ela ajuda a organizar as mulheres no Brasil”, disse. “Essa homenagem é de todos os municipalistas. Eu apenas simbolizo todos que estão aqui, todos que lutaram, todos que já se foram”, concluiu o ex-presidente da CNM.

MULHERES

À mesa com o tema “A urgente agenda de gênero nos Governos Locais: empoderamento político e econômico das mulheres”, Tânia Ziulkoski fez apresentação sobre a realidade brasileira e reforçou a necessidade de ampliar a participação feminina: “infelizmente, estamos muito atrás de outros países como Argentina, Uruguai e Bolívia, que têm uma participação impressionante das mulheres na política”. Ela apresentou os dados lançados pela CNM do eleitorado e das



Institucional

Pauta municipalista é apresentada na Expointer

O Rio Grande do Sul tem uma longa tradição de feiras agropecuárias que remontam a 1901, quando ocorreu a 1ª Exposição de Produtos do Estado. Anos mais tarde, em 1972, surge a Exposição Internacional de Animais, chamada de Expointer.

Em 2018, a Expointer chegou a sua 41ª edição. E a CNM, tradicionalmente, se faz presente na Exposição, já consagrada como uma feira agropecuária de destaque nacional. Este ano, foi realizada em Esteio, a 25 km de Porto Alegre (RS).

A pauta prioritária do movimento municipalista no Legislativo e no Judiciário ganhou destaque com a participação da CNM. O presidente da entidade, Glademir Aroldi, participou da Assembleia de prefeitos, promovida pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), durante a exposição.

Após debate de lideranças locais sobre a fonte de receitas para garantir a manutenção de serviços públicos, Aroldi destacou os três pleitos que a CNM vem articulando em Brasília. A regulamentação da Lei Kandir – endossada pela Assembleia Legislativa do RS; a redistribuição do Imposto Sobre Serviços (ISS); e a divisão dos *royalties* do petróleo entre todos os Municípios brasileiros.

Em sua fala, o presidente buscou sensibilizar os participantes a se unirem em torno de reivindicações que vão beneficiar os gestores e



Gestores gaúchos participaram do evento no Município de Esteio (RS)

a população brasileira. “Os Municípios não estão tendo a atenção que merecem”, alertou. Entre as mobilizações que a Confederação vem realizando, ele lembrou do manifesto dos *royalties*. O objetivo da ação é coletar o maior número de assinaturas para entregar ao Supremo Tribunal Federal (STF) o pedido de julgamento da liminar que suspendeu a distribuição justa en-

tre os Entes federados.

Representando a Assembleia Legislativa do Estado, o deputado Frederico Antunes reconheceu os esforços da CNM e de parlamentares estaduais para que o Congresso Nacional aprovasse o projeto sobre a Lei Kandir. “Infelizmente não conseguimos sensibilizar nossos deputados para votarem o projeto dentro do prazo”, lamentou.



Aroldi pede engajamento dos gestores para aprovação das pautas municipalistas

MOBILIZAÇÃO MUNICIPALISTA

Apesar de as pautas prioritárias no Congresso Nacional pouco terem avançado no decorrer deste semestre, em função das eleições, a articulação do movimento municipalista não parou e deve ganhar força nos dias 20 e 21 de novembro. A Confederação Nacional de Municípios e as entidades municipalistas estaduais e microrregionais deverão promover nova Mobilização Municipalista.

Na pauta, além das pautas prioritárias em tramitação no Congresso, os gestores deverão entregar no Supremo Tribunal Federal as assinaturas e os manifestos dos Municípios a favor do julgamento imediato da liminar que suspendeu a Lei 12.734/2012. Acompanhe as informações no Portal CNM e participe!

Na mídia

Estudos e ações da CNM ganham destaque na imprensa

Diversas entrevistas foram concedidas pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Glademir Aroldi, nos últimos dias. Grande parte delas sobre estudos da entidade e a pauta política, como as despesas dos governos municipais com combustível, que pode chegar a R\$ 6,772 bilhões este ano.

Na matéria Fusão de Municípios significaria economia de R\$ 6,9 bi ao País, também do Estadão, o presidente afirmou: "Vejo que nas Regiões Centro-Oeste e Norte há espaço para criação de novos municípios por causa da área e da distância entre a sede da cidade e os distritos".

esperam a lei para se emancipar.

Sobre o estudo da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), diversas publicações com o tema Um terço dos Municípios do País não gera receita nem para pagar salário do prefeito obre a gestão municipal mencionaram a opinião do municipalista. Ele afirmou ser a favor da criação de Municípios que tenham condições de atender à população.

Aroldi explicou: Morar numa cidade e votar na outra é possível, não é fraude. Não tem má-fé aí. São várias situações. São todos municípios de pequeno porte". A opinião sobre análise da estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi publicada pela Agência Brasil, G1, Isto é, Época e diversos.

"Há muitas cidades litorâneas onde a pessoa acaba adquirindo imóvel, mas reside e trabalha em outra, e com o tempo transferiu o título pra lá também", observou.

De agosto a setembro, mais de 600 publicações foram conferidas pela Comunicação da CNM nos diversos meios, como blogs, sites, revistas, TV, Rádio e jornal impresso.

O presidente da CNM também aponta: "em cidades pequenas, é comum os jovens irem estudar em outros lugares. Eles se formam e acabam ficando na cidade em que estudaram, mas o domicílio eleitoral continua o da cidade natal". Ao jornal Correio do Povo, o líder municipalista defendeu a reformulação do pacto federativo.

Collage of newspaper clippings including 'Fundeb corre contra o tempo' and 'OBSTÁCULOS PARA VACINAR UM PAÍS'.

Collage of newspaper clippings including 'Aumento no preço do combustível deve comprometer orçamento das prefeituras no RS, estima CNM' and 'Mais de 300 cidades do país têm mais eleitores que habitantes'.

Collage of newspaper clippings including 'Congresso articula gasto extra de R\$ 5 bi para o próximo semestre'.

Collage of newspaper clippings including 'Com gastos congelados, saúde no Brasil volta a preocupar'.

Collage of newspaper clippings including 'Dias Toffoli assume presidência do STF e aumenta expectativa para julgamento dos royalties'.

Collage of newspaper clippings including 'Eleitores X Habitantes' and 'Mais de 300 cidades do país têm mais eleitores que habitantes'.

Collage of newspaper clippings including 'PNE: 4 anos e uma só meta atingida' and 'CORREIO DO POVO'.



Eventos

Conectar para melhorar

Estabelecer um diálogo sobre os desafios da gestão municipal e buscar alternativas visando a uma gestão de qualidade. Ir além, buscar conexões com outros Municípios e perceber afinidades, algo que os una, com boas práticas de gestão municipal que podem ser aplicadas na sua região. Sim, isso é possível.

Integrar. Essa é a proposta que rege novo projeto da CNM. Objetivando isso, a CNM lançou em setembro o Conexões Municipalistas. A ação é uma nova proposta de integração e de conexão entre conhecimento e força política. O projeto prevê visitas aos Municípios dos quatro cantos do país.

A CNM vai promover encontros para apresentar os desafios e as ações municipais e reforçar a pauta municipalista. Primeiro a entidade apresentou as ações e agora convida a criar ligações, unindo o Brasil de ponta a ponta.

Explicando melhor, durante o último ano, a Confederação enviou representantes aos Municípios com o evento Ação Municipalista. Nele foram apresentados os desafios e as ações municipais em conjunto com a pauta municipalista, convidando

o gestor municipal a atuar com a CNM em busca de melhorias para todo o país.

O momento de estabelecer conexões, sendo uma oportunidade de diminuir distâncias, estreitar laços na busca pela melhoria da gestão municipal, em especial nos serviços ofertados à população. A iniciativa prevê a conexão. A integração entre Municípios, por meio do compartilhamento de boas práticas; com parlamentares, fortalecendo a atuação no Congresso Nacional; com a Confederação, levando o conhecimento e a informação de forma cada vez mais rápida e eficiente a cada prefeitura.

É o que reforça o presidente da CNM, Glademir Aroldi: “estaremos discutindo a nossa pauta no Congresso Nacional, junto à União, às instituições federais e fazendo uma troca de informações. Uma relação que nós entendemos ser da maior importância. Isso faz com que nós possamos levar informações e buscar conhecimentos daquilo que está acontecendo em cada região do país, em cada Município”.

Para fazer as inscrições, que são gratuitas, e ter acesso a mais informações como programação e calendário, basta acessar o portal da CNM: www.cnm.org.br.

CONEÇÕES MUNICIPALISTAS

Agenda

- Rio Branco (AC) 6 e 7 de novembro
- Alegrete (RS) 6 de novembro
- São Sepé (RS) 7 de novembro
- Santa Cruz do Sul (RS) 8 de novembro
- Juiz de Fora (MG) 23 de outubro

XXII de 8 a 11 de abril de 2019
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

www.marcha.CNM.org.br



#EuSouaMarcha



Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte. Presidente: Glademir Aroldi • Diretor executivo: Gustavo Cezário • Jornalista responsável: Viviane Cruz • Reportagens: Allan Oliveira, Amanda Maia, Lívia Villela, Luiz Leite, Mabilia Souza, Raquel Montalvão, Viviane Cruz. Colaboradores: Áreas Técnicas da CNM • Fotos: Jefferson Viana/Ag. CNM • Revisão: Keila Mariana de A. O. Pacheco • Design: Themaz Comunicação • Endereço: SGM 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • Telefone: (61) 2101-6000 • Fax: (61) 2101-6008 • E-mail: atendimento@cnm.org.br